SETOR DE
LICITAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

2025

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE
D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 114/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Termo de Referência (TR), é o documento constitutivo, elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e definirá o objeto para atendimento da necessidade (art. 65 do Decreto nº 3.927/2023); deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), além de outros instrumentos de planejamento da Administração (art. 66 do Decreto nº 3.927/2023); será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, pela equipe de planejamento da contratação (art. 67 do Decreto nº 3.927/2023); e ainda, deverá ser divulgado na mesma data do edital ou do aviso de contratação direta, como um anexo do processo administrativo (art. 68 do Decreto nº 3.927/2023).

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 69 do Decreto Municipal n° 3.927/2023, nos seguintes termos:

"Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:" (**caput** do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023).

*"I - **definição do objeto** [..]"* (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 1** deste documento;

*"II – **fundamentação da contratação** [...]"* (inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 2** deste documento;

*"III – **descrição da solução como um todo** [...]"* (inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 3** deste documento;

*"IV – **requisitos da contratação;**"* (inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento;

*"V – **modelo de execução do objeto**, [...]"* (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

*"VI – **modelo de gestão do contrato**, [...]"* (inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*"VII – **critérios de medição e pagamento;**"* (inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*"VIII – **forma e critérios de seleção do fornecedor [...];**"* (inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*"IX – **estimativas do valor da contratação,** [...]"* (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*"X – **adequação orçamentária,** [...]"* (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

O presente Termo de Referência apresenta as condições ponderadas pela contratante, visando a contratação de fornecedores para atender a demanda de serviços e/ou de produtos, os quais, estando vinculados a finalidade de atender aos anseios desta municipalidade.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições aqui estipulados não são classificadas como sigilosas, conforme os nos termos previstos na Lei nº 15.527/2011, e portanto, é condição de eficácia, a execução do que disciplina o Art. 68 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 114/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)

Órgão gestor:
Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, conforme os termos de Art. 192 do Decreto nº 3.927/2023.

Órgãos participantes:
Todas as demais Secretarias Municipais.

Planejamento municipal:
Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2025, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras/

Da dispensa de apresentação do ETP (Estudo Técnico Preliminar)
Verifica-se a obrigatoriedade de apresentação do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que este procedimento não está fundamentado nos casos especificados no nos termos dos incisos I e II do Art. 63 do Decreto nº 3.927/23.

Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência
Membros requisitantes:

- Secretário Municipal da pasta, nomeada pelo Decreto nº 4496/2025, o Senhor Clair Mariano da Costa;
- Secretario Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos, o Senhor Sergio Roberto Priamo – Decreto nº 4.486/2025;
- A fiscal administrativa do contrato, a servidora Beatriz Ordina, Decreto nº 4682/2025 ;
- O Agente de Contratação para a fase interna, o servidor efetivo, Clodoaldo Blank, nomeado pela Portaria nº 2865/2025.

SEÇÃO 1 – DAS DEFINIÇÕES DO OBJETO

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1 – OBJETO.

PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, assinada com empresas especializadas, para futura e eventual prestação de serviços de consertos, recapagens e de vulcanização de pneus, já utilizados por veículos, caminhões, ônibus e máquinas pertencentes à frota municipal do município de São Jorge D'Oestes/PR.

1.1.1 DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação é caracterizado como produto de natureza comum, conforme os termos do inciso VIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2 DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

1.1.3 DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

1.1.3.1 O quantitativo estimado para esta contração apresenta-se conforme abaixo:

Lote 01			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	58818	Conserto de pneus 1400 R 24	30
2	64664	RECAPAGEM PNEU 14.00 R 24 para MOTO NIVELADORA Profundidade dos sulcos mínimo 30mm largura da secção de rodagem mínimo 360mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	36
3	48759	Vulcanização pneu 14.00 R 24 MOTONIVELADORA	50
Lote 02			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	34548	CONSERTO DE PNEU 1000 R 20	50
2	44193	Recapagem de pneus 1000 R 20 Liso	20
3	38523	RECAPAGEM PNEUS 1000 R 20 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 210mm, novo, construção radial para uso misto, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	100
4	30849	Vulcanização pneu 1000 R 20 BORRACHUDO, SIMÉTRICO	100
Lote 03			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade

1	48776	Conserto de pneu 18.4 X 30	10
2	64535	RECAPAGEM PNEU 18.4 R 30 (RADIAL) para TRASEIRO TRATOR TL largura da secção 460mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	2
3	54050	Vulcanização pneu 18.4 R 30 (RADIAL) para TRASEIRO TRATOR TL	10
Lote 04			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	54051	Conserto de pneu 12.4 X 24	10
2	64536	RECAPAGEM PNEU 12.4 R 24 para DIANTEIRO TRATOR TL largura da secção 315 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	8
3	58826	Vulcanização pneu 12.4 R 24 DIANTEIRO TRATOR TL	10
Lote 05			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	58830	Conserto de pneus 215/75 R 17,5	2
2	27204	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5	10
3	38533	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 215/75 R 17,5	5
Lote 06			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	54052	Conserto de pneu 275/80 R 22,5	30
2	64527	RECAPAGEM Pneus 275/80 R 22,5 BORRACHUDO, SIMÉTRICO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 275mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA.	80
3	58832	Vulcanização de pneus 275/80 R 22,5. BORRACHUDO, SIMÉTRICO	50
Lote 07			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	54055	Conserto de pneu R 18	10
2	54053	Recapagem de pneus 10,5/80 R 18	2
3	64660	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 R 18 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da secção mínimo 300mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	20
4	34572	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 R 18 RETROESCAVADEIRA	20
Lote 08			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	34565	CONSERTO DE PNEUS 17,5 R 25	10
2	64662	RECAPAGEM Pneus 17.5 R 25 dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira DL 200, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	8
3	64540	RECAPAGEM PNEU 17.5 R25 para RETROESCAVADEIRA TRASEIRO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção mínimo 445 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	12
4	64661	Vulcanização PNEU 17.5 R 25 RETROESCAVADEIRA TRASEIRO	20
Lote 09			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	34577	CONSERTO DE PNEUS 12 R 16,5	2
2	34579	RECAPAGEM DE PNEUS 12 R 16,5	2
3	27215	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 R 16,5	2
Lote 10			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	34578	CONSERTO DE PNEUS 19,5 R 24	15

2	64534	RECAPAGEM PNEU 19.5 R 24 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	40
3	48794	Vulcanização pneu 19.5 R 24 RETROESCAVADEIRA	40
Lote 11			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	54058	Conserto de pneu 23.1 R 26	10
2	64533	RECAPAGEM PNEU 23.1 R 26 para ROLO COMPACTADOR desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	8
3	48797	Vulcanização pneus 23.1 R 26 ROLO COMPACTADOR	10
Lote 12			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	54061	Conserto de pneu 750 X 16	5
2	64532	RECAPAGEM PNEU 7.50 X 16 desenho SIMÉTRICO Profundidade dos sulcos mínimo 15mm, novo, construção radial para uso misto, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	4
3	38814	Vulcanização pneus 7.50 X 16	10
Lote 13			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	63061	Conserto de pneus 10 R 16.5	10
2	64537	RECAPAGEM PNEU 10 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10
3	63060	Vulcanização pneu 10 R 16.5 MINI CARREGADEIRA	10
Lote 14			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
1	63065	Conserto de pneu 235/75 R 17,5	30
2	64529	RECAPAGEM Pneus 235/75 R17,5 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 14mm, largura da banda de rodagem mínimo 235mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	50
3	64530	Vulcanização Pneus 235/75 R17,5 BORRACHUDO, SIMÉTRICO	50
Lote 15			
Item	Cód. serviço	**Nome do serviço**	Quantidade
3	66543	Conserto de pneu 14.9 R 24	10
1	64538	RECAPAGEM PNEU 14.9 R 24 largura das secções 420mm, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm, novo, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	8
2	64539	Vulcanização PNEU 14.9 R 24	10

1.1.4 PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

O **prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de 12 (doze) meses** contados da assinatura da Ata de Registro de preços, podendo, ao término, ser renovada, e no que concerne ao quantitativo, poderá ser renovado ao quantitativo original, ao prazo de vigência, poderá ser prorrogada por igual período até o limite decenal, nos termos dos Art. 84, Art. 107 e Art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.5 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações referentes aos Art. 124 e Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, estarão condicionadas a existência de regulamento a nível municipal, contemporâneo à solicitação para tais alterações, seguindo instruções do ACÓRDÃO 281/2015 PLENÁRIO TCE/PR.

1.2 – LOCAL DE COLETA/ENTREGA

A entrega dos materiais deverá ser no almoxarifado central, localizado a Av. Santa Catarina, nº 697, centro, São Jorge D'Oeste, ou em outro local, ainda que nos limites do município, quando determinado pelo responsável daquele setor.

Deverá ser observado quando da instalação dos produtos, que ocorra entre às 7h30 e 11h30, ou então, das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

1.3 – DA ADOÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será adotado o SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS – SRP, nos termos do Art. 190 do Decreto nº 190, e no que couber, o que disciplina os Art. 82 ao 86 do Lei Nº 14.133/2021.

1.4 – DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

NÃO SERÁ DIVULGADA A IRP, amparado pelo §1º do Art 86 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a sua dispensa, mediante justificativa, a saber:

1.4.1 A Administração Municipal não dispõe de recursos para gerenciar a Ata de Registro de Preços, na hipótese de permissão à adesão por outros entes federados, nem como participantes, e nem mesmo, na modalidade "carona".

1.4.2 Considera-se para esta contratação, a UASG nº 926478 (Município de São Jorge D'Oeste/PR) como a única contratante.

1.4.2.1 Justifica-se como única contratante, em função do Estudo Técnico Preliminar, considerar apenas os elementos da frota da referida UASG, para compor o quantitativo solicitado por este procedimento licitatório.

SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

2.1 O objeto solicitado por esta contratação, é de uso contínuo por todas as Secretarias Administrativas e atende as necessidades de todas as unidades gestoras no Município;

2.1.1 A secretaria requisitante, visa atender objetivamente, por esta contratação, o desempenho dos serviços públicos, disponibilizados em todas as secretarias municipais;

2.2 Os produtos, são de estrema necessidade, ainda que usados, em qualquer que seja o elemento da frota municipal, uma vez que todos são utilizados em função do interesse público;

2.3 Diante do exposto, é imprescindível e urgente a aquisição, uma vez que a Administração não dispõe de outra contratação vigente para requisitar os referidos materiais.

SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

3.1 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1.1 DA ATENÇÃO DISPENSADA AOS ARTIGOS 47 E 48 DA LEI COMPLEMNTAR Nº 1213/2006 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.257/2024 (PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL)

3.1.1.1 É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R$ 80.000,00, conforme determina o Art. 47 da Lei Complementar 123/2006.

3.1.1.2 Nesse sentido, o art. 47 da Lei Complementar nº 123/06, descreve quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte for vantajoso para a administração pública ou não representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3.1.1.3 Diante disso, considerando que **pode haver riscos** na concessão da exclusividade do certame para empresas classificadas pela Lei nº 123/2006, e na limitação à participação por empresas enquadradas no Decreto Municipal nº 4.257/2024, da regionalidade, considerando ainda que o valor máximo para a pretensa contratação, tanto em alguns lotes específicos, quanto o valor total máximo estimado, não são compatíveis com o enquadramento das empresas parametrizadas naquela legislação, torna-se prudente, até para preservar as condições de competividade do certame, garantindo a isonomia e possibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e ainda, que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, mostra-se adequado **QUE ESTA LICITAÇÃO SEJA ABERTA PARA AMPLA CONCORRÊNCIA À EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO OFERECIMENTO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS.**

3.2 DOS CENÁRIOS

Durante o Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

3.2.1. Cenário 01 – Aquisição de produtos nas quantidades analisadas com a formação de estoque físico para atender de forma imediata as demandas da frota.

Este cenário possui a vantagem de capacitar à reposição imediata dos produtos, garantindo a agilidade e a continuidade dos serviços prestados à população, sendo imperativo o controle total sobre as demandas da frota.

No entanto, ***as desvantagens*** percebidas são inúmeras, entre elas: gerenciamento total da frota (muito embora o Município tenha contratado uma plataforma que oferece o gerenciamento da frota, não mantém um servidor público, nem mesmo oportuniza treinamento adequado ao servidor que faz os lançamentos mínimos e obrigatórios, das informações solicitadas por órgãos fiscalizadores); local adequado à guarda e à conservação da quantidade total dos produtos (atualmente o Município mantém um local – Almoxarifado Central – mas observa-se que não cumpre aos objetivos propostos da sua criação, visto que nem todos os produtos adquiridos pela Administração são recepcionados, nem mesmo armazenados no local, comprometendo o controle a conservação dos mesmos); e para citar ainda, a logística de movimentação dos produtos, ou seja, o transporte e a transferência de produtos de grande porte, ou de peso excessivo, que importe em força de alavancagem e capacidade de carregamento, necessitando de recursos humanos e de equipamentos especializados, como empilhadeiras, esteiras e veículos (contemporaneamente, o Almoxarifado Central está subdividido em no mínimo 3 partes, a saber, Almoxarifado Central, Almoxarifado da Saúde e almoxarifado para produtos farmacêuticos), considerando que os dois últimos não se aplicam ao caso concreto, e que atualmente o Almoxarifado Central conta com servidores que acumulam funções e ainda sem veículo adequado para o transporte de todos os produtos que deveriam estar armazenados nestes locais.

Além destes fatos relatados também se trata de uma modalidade desaconselhada na administração pública, em função das possíveis alterações no consumo, características como: validade e vencimentos dos produtos, necessidades de locais com temperaturas controladas, além de múltiplas condições térmicas e de luminosidade, afinal, são várias variáveis que deverão ser controladas, que levam ao desaconselhamento para a adoção desta metodologia.

3.2.2. Cenário 02 – Contratações sob Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de produtos, sem a formação de um grande estoque físico.

Este cenário, manifesta-se atual e procedente quando a organização, principalmente naquelas públicas, deseja adquirir quantidades suficientes para atender o consumo a tempo de não impactar o atendimento aos serviços públicos prestados.

Ainda por este cenário, diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contratação, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

A discussão em relação a este cenário, ainda perpassa pelas possíveis soluções para a referida demanda seriam:

- Argumento 1: compra de pneus novos.

- Argumento 2: contratação de empresa para serviços de consertos, recapagem e vulcanização de pneus usados.

As vantagens se apresentam quanto a redução de estrutura física do local de armazenamento, na logística do transporte, nas condições de guarda e conservação, nas necessidades de equipamentos exclusivos, redução de pessoal, consequentemente menores necessidades de investimento e de gastos atrelados a manutenção dos serviços públicos e administrativos.

Já como ***desvantagens,*** são por assim dizer, maior preparo e preocupações na elaboração do calendário de compras anual, a própria adequação do plano de compras anual (PCA); a eficácia do canal de comunicação (requisição), entre os órgãos que compõe a Administração e os fornecedores contratados; o cuidado com os requisitos de contratação solicitados em documentos obrigatórios e que validam as contratações públicas, e ainda, a eficácia da fiscalização administrativa dos contratos, relativas as preocupações de saldo a requisitar e a vigência dos contratos.

Observa-se, no entanto, que todas as desvantagens que se apresentam impactantes ao desempenho por esta metodologia de formação de estoque (estoque de Atas de Registro de Preços), já são ao mesmo tempo, ações predefinidas em legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), como de caráter obrigatório à Gestão Da Governança exigidas para condução da Administração Pública contemporânea. Ou seja, são ações que obrigatoriamente já devem ser consideradas pelos administradores públicos nas suas estruturas de Gestão, o que não implica em aumento de custos e investimentos, mas sim, em aumento de eficiência, eficácia e efetividade dos programas e das ações de Administração do bem público, bem como de promoção do desenvolvimento local.

3.2.3. Cenário 03 - Terceirização total dos serviços que dependem de formação de frota municipal.

Este cenário, percebe-se que já vem sendo considerado por alguns órgãos da Administração pública, quiçá também de Municípios.

Há que se considerar esta possibilidade, pois o mercado já oferece à Administração Pública, em detrimento às suas funções não finalísticas. Portanto, poderia justificar-se tal decisão, na garantia de que os serviços públicos não seriam afetados, alterando apenas, mesmo que de forma significativa, a estrutura orgânica da Administração Pública.

No entanto, em municípios em que a Administração Pública é o maior empregador, há a necessidade de ponderar quais são os maiores benefícios da aplicação dos recursos públicos, se a redução da "máquina pública", ou se, as condições de desenvolvimento da municipalidade e da população local.

3.2.4. Cenário 04 - Terceirização dos principais serviços que dependem de formação de frota municipal.

Este cenário já está presente na Gestão Pública do Município, quando se tem uma fração das linhas de transporte escolar terceirizadas. Muito embora não há evidência de formalização de estudo técnico para tanto, tem-se apenas observações discricionárias da vantajosidade para o Município, ou ainda, pela falta de estruturação da frota própria de ônibus escolar para suportar a demanda total do Município. Pondera-se a sugestionar por este Estudo Técnico Preliminar, que se for em consonância com o planejamento estratégico da Gestão Administrativa do Município, da realização de um Estudo Técnico com abrangência geral dos serviços públicos que poderiam ser terceirizados, sem comprometer as funções finalísticas do Governo Municipal, para que sejam levantadas as vantagens e desvantagens no âmbito de todas as áreas administrativas.

Por hora, baseia-se este ETP, em apresentar as características do que já está em execução pela Administração Municipal e admitidas pela opinião pública.

Assim, as **vantagens** perpassam realmente pela redução da estrutura da frota municipal, ou, e ainda pela redução da necessidade de manter servidores públicos, nas funções de motorista, redução dos gastos com insumos, produtos e serviços destinados a manutenção, conservação e condições de uso da frota municipal

No contrapasso, **as desvantagens** localizam-se quando da contratação de empresas fornecedoras de serviço que possam não estar adequadamente preparadas para os riscos que o serviço oferece, como por exemplo: substituição de veículo, no caso de que aquele em operação tornar-se inoperante; modificação de rotas, motivadas pela mobilidade dos estudantes; veículos em idade limite de realizar o serviço, ou seja, dificuldades de promover critérios para contratação apenas de veículos seminovos; dificuldades em relação ao controle comportamental dos motoristas; controle da real execução da rota; da disponibilidade do transporte para atividades esporádicas ou extracurriculares dos alunos, e outras que esporadicamente se apresentam, e que não foram elencadas aqui neste rol, por ser suficientemente elaborado para justificar as desvantagens, mas sem a pretensão precípua de ser taxativo.

Considerando o caráter de urgência da demanda, e em razão da morosidade na solução do problema relatado, é uma das prerrogativas funcionais da Secretaria requisitante, a disponibilização de materiais e insumos necessários para o bom andamento dos serviços públicos que usufruem da frota municipal para a sua execução, de modo que o Registro de preços para futura e eventual aquisição do objeto deste processo, torna-se a solução eficiente e eficaz na solução do problema apresentado.

SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

4.1 Trata-se de um procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a assinatura de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a empresa que apresentar a melhor proposta, em função do **MENOR PREÇO** por **LOTE**, vendo que não prejudica a competitividade, além do que agiliza a realização da recuperação dos pneus, diminuindo a necessidade de transporte logístico, se fosse o caso, entre os diversos fornecedores para os diferentes serviços para o mesmo pneu.

4.2 O produto seja entregue em conformidade com o disposto na Proposta Comercial apresentada.

4.3 A contratada deverá observar, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.4 A contratada também poderá adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de ser uma contratação de curto prazo e pelas características do objeto.

SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

5.1 O prazo de execução do objeto será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da requisição de compras/empenho enviado pela secretaria requisitante, na forma que se segue:

5.1.1 Fica acordado da execução imediata, partir da requisição pela Secretaria interessada;

5.1.2 **Inclui-se neste prazo, referenciado no item 5.1, o tempo necessário para a coleta do pneu no local indicado na requisição, bem como a sua devolução no mesmo local de coleta.**

5.2 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: compras@pmsjorge.pr.gov.br sendo condição obrigatória para empenho.

5.2.2 A contratante encaminhará a Nota de Empenho à contratada com vistas à apresentação de garantia de recursos financeiros para a contratação do objeto;

5.2.3 A contratante encaminhará as informações necessárias à emissão dos documentos fiscais relativos a aquisição;

5.3 Das garantias do produto:

5.3.1 Conforme apresentado já no descritivo do produto, a exigência de prazo de garantia mínima conforme as características especificadas.

5.3.1.1 O termo da garantia deve ser enviado juntamente com o DANFE, quando na entrega do produto, a qual estará condicionado o recebimento definitivo;

5.3.2 No que couber, a garantia do equipamento, seguirá os termos da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do contrato, o Senhor Clair Mariano da Costa, Secretário da Pasta, e fiscalizada pela fiscal administrativa dos contratos e atas de registro de preços, a servidora Beatriz Ordina, ainda, pelos fiscais técnicos, os servidores Valdir Inacio Cardoso, Elisandro Bertolini e Gerson Auler, nomeados pelo Decreto nº 4.682/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.4.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não atender ao que fora requisitado pela Secretaria demandante;

b) não observado o tempo máximo para execução do objeto;

c) não proceder a instalação do produto nos veículos designados e em plenas condições de funcionamento.

d) o não recolhimento do produto desgastado/inutilizado, conforme condição em proposta.

7.1.2 A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto.

7.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

7.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa do objeto executado, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo uso do objeto, com a finalidade de verificar a adequação da entrega e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto, realizada em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.4 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2.2.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.2.6 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.3.1 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 DO PAGAMENTO

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do produto, conforme este Termo de Referência.

7.4.2 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no item 7.3.

7.4.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

7.4.4 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.4.6 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades

de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.4.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período de prestação dos serviços;
e) o valor a pagar;
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
g) acompanhado da requisição dos serviços.

7.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

7.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.4.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.4.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.4.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP

Sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (6 / 100) I = 0,00016438
I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5 DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.5.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado **o mês de ABRIL de 2025,** desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

7.5.2 A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostilamento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em, qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato.

7.5.3 O reequilíbrio dos preços registrados será realizado mediante a solicitação do fornecedor ou da administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante apostilamento, observando o disposto no inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.3.1 O pedido realizado pelo fornecedor para reequilíbrio de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do aditivo.

7.5.3.2 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de reequilíbrio de preço.

7.53.3 A execução do objeto ou a extinção da ata de registros de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que ao reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo indenizatório.

7.6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.6.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.6.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.6.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.6.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.6.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.6.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.6.10 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.6.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.6.12 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.6.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.6.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.7.1.1 executar o objeto da contratação conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.7.1.2 reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Municipalidade ou à órgão municipal, ou ainda à algum bem público municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.7.1.5 vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010 e e Inciso V do Parecer Jurídico nº 001.01.2018, da Assessoria Jurídica do Município de São Jorge D'Oeste/PR;

7.7.1.6 quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7.1.7 responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.7.1.8 comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.7.1.9 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.7.1.10 paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.7.1.11 promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.7.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.7.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.7.1.14 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.7.1.15 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.7.1.16 executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.7.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

7.8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
c) fraudar na execução do contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo; ou
e) cometer fraude fiscal.

7.8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.8.3 As sanções previstas nos subitens "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
6	Para os itens a seguir, deixar de: Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Para os itens a seguir, deixar de: Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
9	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
10	Para os itens a seguir, deixar de: Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Para os itens a seguir, deixar de: Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

7.8.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.8.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.8.5.2 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.8.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.8.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

7.8.8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.8.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

SEÇÃO 8– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor foi selecionado por apresentar a melhor proposta comercial por item, com valores não superiores aos apurados na pesquisa de preços realizada pela contratante e admitidos por este instrumento como preço máximo para a contratação.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanções que a impeça de realização do contrato, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www. portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www. portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.12.1.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.12.1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.12.1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.12.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.12.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.12.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.12.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.12.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.2.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.13 HABILITAÇÃO TÉCNICA

Não se aplica.

8.14 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Verificou-se que diante do caso concreto, que a não obrigatoriedade de apresentação dos requisitos para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não é relevante ante o valor da contratação, uma vez do seu fracionamento e da celeridade com que se verifica a não execução do objeto, no caso da CONTRATADA, quando considerada a disponibilização das imagens a quem tem competência para acompanha-las em tempo real.

Assim como, no caso em tela, durante a vigência do contrato, após a instalação dos equipamentos nos locais determinados, a sua remoção só acontecerá, por autorização da CONTRATANTE, mesmo que o investimento nestes equipamentos se dará por ônus da CONTRATADA.

Considerando ainda que a característica do objeto desta contratação, no caso de paralização, ou incapacidade da CONTRATADA de continuar a execução, não causará danos ao erário, apenas, a paralização de um serviço, embora essencial, mas que não interfere na execução dos demais serviços públicos.

Portanto, para não atentar a restrição de competitividade ao certame, a CONTRATANTE, desobriga aos licitantes a comprovação da qualificação econômica financeira, prevista no Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Conforme Mapa de apuração espelhado abaixo, é possível perceber a formação do preço máximo para esta contratação, mediante a composição da cesta de preços, para tanto, foram enviados solicitações de cotações para 5 fornecedores, no entanto, apenas 2 (dois) fornecedores diretos responderam, sendo 1 (um) fornecedor local, 1 (um) do município de Dois Vizinhos ambos do Estado do Paraná, e ainda 1 (uma) pesquisa na Plataforma Banco de preços, realizada nos dias 23 e 24 de fevereiro do corrente ano, para parametrizar o preço orçado diretamente, com o preço de outras contratações públicas, sendo que os documentos comprobatórios encontram-se anexados ao relatório da pesquisa, a verificar:

Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA E/OU EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTOS, RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DOS CAMINHÕES, MÁQUINAS E ÔNIBUS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR.

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Data/Cotação
COTAÇÃO 1	RECAPADORA MARRECAS LTDA EPP	05.689.415/0001-38	15/04/25
COTAÇÃO 2	DR PNEUS LTDA	44.216.474/0001-40	17/04/25
COTAÇÃO 3	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (3 COTAÇÕES)	76.995.380/0001-03	22/04/25
COTAÇÃO 4			

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	VALOR R$ Valor Global
LOTE 01												
1	CONSERTO DE PNEU 1000 R 20	UND	100	100,00	80,00	64,76	74,20	60,00	60,00	100,00	75,79	6.000,00
2	Recapagem de pneus 1000 R 20 Liso	UND	20	1.230,00	850,00	747,50	758,00	880,00	747,50	1.230,00	893,10	14.956,00
3	RECAPAGEM PNEUS 1000 R 20 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 210mm, novo, construção radial para uso misto, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	100	1.290,00	850,00	747,50	758,00	880,00	747,50	1.290,00	905,10	74.750,00
4	Vulcanização pneu 1000 R 20	UND	100	470,00	200,00	255,00	210,17	256,00	200,00	470,00	278,23	20.000,00
											TOTAL:	**115.700,00**
LOTE 02												
1	Conserto de pneu 275/80 R 22,5	UND	50	100,00	80,00	80,00	80,00	84,50	80,00	100,00	84,90	4.000,00
2	RECAPAGEM Pneus 275/80 R 22,5 BORRACHUDO, SIMÉTRICO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 275mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA.	UND	80	1.290,00	1.050,00	895,00	799,00	789,00	789,00	1.290,00	964,60	63.120,00
3	Vulcanização de pneus 275/80 R 22,5. BORRACHUDO, SIMÉTRICO	UND	50	470,00	200,00	266,33	370,00	293,00	200,00	470,00	319,87	10.000,00
											TOTAL:	**77.120,00**
LOTE 03												
1	Conserto de pneus 1400 R 24	UND	50	350,00	160,00	187,00	229,50	180,50	160,00	350,00	221,40	8.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 14.00 R 24 para MOTO NIVELADORA Profundidade dos sulcos mínimo 30mm largura da secção de rodagem mínimo 360mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	40	4.880,00	2.900,00	2.350,00	2.648,44	2.500,00	2.350,00	4.880,00	3.055,69	94.000,00
3	Vulcanização pneu 14.00 R 24 MOTONIVELADORA	UND	50	1.590,00	660,00	980,00	898,00		660,00	1.590,00	825,60	33.000,00
												135.000,00
LOTE 04												
1	Conserto de pneu 18.4 X 30	UND	10	350,00	160,00	246,97	194,33	248,00	160,00	350,00	239,86	1.600,00
2	RECAPAGEM PNEU 18.4 R 30 para TRATOR NEW HOLLAND TL 75- largura da secção 460mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	4	3.900,00	3.250,00	3.500,00	3.453,33	3.360,93	3.250,00	3.900,00	3.492,85	13.000,00
3	Vulcanização pneu 18.4 R 30	UND	10	1.330,00	770,00	900,00	1.049,00	997,00	770,00	1.330,00	1.009,20	7.700,00
											TOTAL:	**22.300,00**
LOTE 05												
1	Conserto de pneu 12.4 X 24	UND	10	350,00	140,00	131,67	150,00	140,00	131,67	350,00	182,33	1.316,70
2	RECAPAGEM PNEU 12.4 R 24 DIANTEIRO TRATOR NEW HOLLAND TL75 - largura da secção 315 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	2.100,00	1.500,00	1.700,00	1.127,00	1.491,67	1.127,00	2.100,00	1.583,73	9.016,00
3	Vulcanização pneu 12.4 R 24	UND	10	800,00	350,00	580,00	566,67	623,33	350,00	800,00	584,00	3.500,00
											TOTAL:	**13.832,70**
LOTE 06												
1	Conserto de pneus 215/75 R 17,5	UND	20	350,00	50,00	70,00	75,00	70,00	50,00	350,00	123,00	1.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5	UND	10	2.100,00	590,00	550,00	649,00	552,00	550,00	2.100,00	888,20	5.500,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 215/75 R 17.5	UND	20	800,00	180,00	135,96	213,00	121,10	121,10	800,00	290,01	2.422,00
												8.922,00
LOTE 7												
1	Conserto de pneus 235/75 R 17,5	UND	60	70,00	50,00	63,05	40,00	65,00	40,00	70,00	57,61	2.400,00

2	RECAPAGEM Pneus 235/75 R17.5 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO. Profundidade dos sulcos mínimo 14mm, largura da banda de rodagem mínimo 235mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	50	800,00	590,00	750,00			590,00	800,00	428,00	29.500,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 235/75 R 17.5	UND	50	280,00	150,00	190,00	148,00	164,33	148,00	280,00	186,47	7.400,00
											TOTAL:	**39.300,00**
LOTE 8												
1	Conserto de pneu R 18	UND	20	350,00	140,00	114,00	100,00		100,00	350,00	140,80	2.000,00
2	Recapagem de pneus 10,5/80 R 18	UND	4	1.550,00	1.300,00	1.418,00	1.155,00		1.155,00	1.550,00	1.084,80	4.820,00
3	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 R 18 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da secção mínimo 300mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	20	1.990,00	1.300,00	1.418,00	1.155,00		1.155,00	1.990,00	1.172,60	23.100,00
28	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 R 18 RETROESCAVADEIRA	UND	20	590,00	350,00	365,00	290,00	292,67	290,00	590,00	377,53	5.800,00
											TOTAL:	**35.520,00**
LOTE 9												
1	CONSERTO DE PNEUS 17,5 R 25	UND	30	350,00	160,00	155,00	135,00	120,00	120,00	350,00	184,00	3.600,00
2	RECAPAGEM Pneus 17.5 R 25 dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira DL 200, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	8	5.440,00	3.400,00	2.871,00	2.836,00	2.960,00	2.835,00	5.440,00	3.501,40	22.688,00
3	RECAPAGEM PNEU 17.5 R25 para RETROESCAVADEIRA TRASEIRO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção mínimo 445 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	12	5.440,00	3.400,00	2.871,00	2.836,00	2.960,00	2.835,00	5.440,00	3.501,40	34.032,00
4	Vulcanização PNEU 17.5 R 25 RETROESCAVADEIRA TRASEIRO	UND	20	1.860,00	770,00	513,63	550,00	636,67	513,63	1.860,00	866,06	10.272,60
											TOTAL:	**70.592,60**
LOTE 10												
1	CONSERTO DE PNEUS 12 R 16.5	UND	10	350,00	140,00	100,00	107,76		100,00	350,00	139,55	1.000,00

2	RECAPAGEM PNEU 12 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	1.750,00	1.300,00	1.220,00	1.389,60	1.246,60	1.220,00	1.750,00	1.381,24	9.760,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 R 16,5	UND	10	800,00	350,00	304,85	214,29	220,00	214,29	800,00	377,83	2.142,90
											TOTAL:	**12.902,90**
LOTE 11												
1	CONSERTO DE PNEUS 19,5 R 24	UND	50	350,00	160,00	140,00	120,00	138,54	120,00	350,00	181,71	6.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 19.5 R 24 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	40	4.200,00	3.100,00	1.989,00	2.970,00	2.981,67	1.989,00	4.200,00	3.048,13	79.560,00
3	Vulcanização pneu 19.5 R 24 RETROESCAVADEIRA	UND	50	1.330,00	770,00	302,00	289,00	285,33	289,00	1.330,00	591,27	14.450,00
											TOTAL:	**100.010,00**
LOTE 12												
1	Conserto de pneu 23.1 R 26	UND	20	350,00	200,00	172,81	170,31	135,00	135,00	350,00	205,62	2.700,00
2	RECAPAGEM PNEU 23.1 R 26 para ROLO COMPACTADOR desenho SIMÉTRICO. Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	6	7.000,00	5.000,00	3.750,00	3.173,33	2.950,00	2.950,00	7.000,00	4.374,67	17.700,00
3	Vulcanização pneus 23.1 R 26 ROLO COMPACTADOR	UND	20	1.390,00	1.000,00	775,88	763,67	828,67	763,67	1.590,00	991,24	15.273,40
												35.673,40
LOTE 13												
1	Conserto de pneus 10 R 16.5	UND	10	350,00	140,00	100,00	107,50		100,00	350,00	139,50	1.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 10 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	1.650,00	1.300,00	1.220,00	1.389,67	1.246,67	1.220,00	1.650,00	1.361,27	9.760,00
3	Vulcanização pneu 10 R 16.5 MINI CARREGADEIRA	UND	10	590,00	300,00	304,85	214,29	220,00	214,29	590,00	325,85	2.142,90
											TOTAL:	**12.902,90**
LOTE 14												
1	Conserto de pneu 14.9 R 24	UND	10	350,00	140,00	118,16	122,50	108,12	108,10	350,00	167,76	**1.081,00**

2	RECAPAGEM PNEU 14.9 R 24 largura das secções 420mm. Profundidade dos sulcos mínimo 25mm, novo, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação		8	2.520,00	1.700,00	1.108,71	1.100,00	1.263,33	1.100,00	2.520,00	1.538,41	**8.800,00**
3	Vulcanização PNEU 14.9 R 24	UND	10	930,00	350,00	290,00	184,00	280,00	184,00	930,00	406,80	1.840,00
											TOTAL:	**11.721,00**
											TOTAL:	**691.495,70**

Responsavel pela cotação
LIOMAR SIEGA

OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇOS EM EMPRESAS SITUADAS NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANA E UMA NO ESTADO DO RIOGRANDE DO SUL JUNTAMENTE COM MAIS 3 COTAÇÕES NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS E FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.

São Jorge D'Oeste, 22 de abril de 2025.

APROVAÇÃO:

[ ] COMPRA DIRETA
[ ] CONTRATO
[X] LICITAÇÃO

ASSINATURA DO RESPONSAVEL

9.1.1 Do Mapa acima, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, nomeado competente pela Portaria nº 2735/2025, extrai-se que:

LOTE	ITEM	CÓD EQUIP.	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	MENOR PREÇO	Valor Global
1	1	34548	CONSERTO DE PNEU 1000 R 20	UND	100	R$ 60,00	R$ 6.000,00
	2	44193	Recapagem de pneus 1000 R 20 Liso	UND	20	R$ 747,50	R$ 14.950,00
	3	38523	RECAPAGEM PNEUS 1000 R 20 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 210mm, novo, construção radial para uso misto, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	100	R$ 747,50	R$ 74.750,00
	4	30849	Vulcanização pneu 1000 R 20	UND	100	R$ 200,00	R$ 20.000,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 1						**R$ 115.700,00**
2	1	54052	Conserto de pneu 275/80 R 22,5	UND	50	R$ 80,00	R$ 4.000,00
	2	64527	RECAPAGEM Pneus 275/80 R 22,5 BORRACHUDO, SIMÉTRICO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 275mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA.	UND	80	R$ 789,00	R$ 63.120,00
	3	58832	Vulcanização de pneus 275/80 R 22,5. BORRACHUDO, SIMÉTRICO	UND	50	R$ 200,00	R$ 10.000,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 2						**R$ 77.120,00**
3	1	58818	Conserto de pneus 1400 R 24	UND	50	R$ 160,00	R$ 8.000,00
	2	64664	RECAPAGEM PNEU 14.00 R 24 para MOTO NIVELADORA Profundidade dos sulcos mínimo 30mm largura da secção de rodagem mínimo 360mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	40	R$ 2.350,00	R$ 94.000,00
	3	48759	Vulcanização pneu 14.00 R 24 MOTONIVELADORA	UND	50	R$ 660,00	R$ 33.000,00

	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 3						**R$ 135.000,00**
4	1	48776	Conserto de pneu 18.4 X 30	UND	10	R$ 160,00	R$ 1.600,00
	2	64535	RECAPAGEM PNEU 18.4 R 30 para TRATOR NEW HOLLAND TL 75- largura da secção 460mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	4	R$ 3.250,00	R$ 13.000,00
	3	54050	Vulcanização pneu 18.4 R 30	UND	10	R$ 770,00	R$ 7.700,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 4						**R$ 22.300,00**
5	1	54051	Conserto de pneu 12.4 X 24	UND	10	R$ 131,67	R$ 1.316,70
	2	64536	RECAPAGEM PNEU 12.4 R 24 DIANTEIRO TRATOR NEW HOLLAND TL75 - largura da secção 315 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	8	R$ 1.127,00	R$ 9.016,00
	3	58826	Vulcanização pneu 12.4 R 24	UND	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 5						**R$ 13.832,70**
6	1	58830	Conserto de pneus 215/75 R 17,5	UND	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
	2	27204	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5	UND	10	R$ 550,00	R$ 5.500,00
	3	38533	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 215/75 R 17,5	UND	20	R$ 121,10	R$ 2.422,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 6						**R$ 8.922,00**
7	1	63065	Conserto de pneus 235/75 R 17,5	UND	60	R$ 40,00	R$ 2.400,00
	2	64529	RECAPAGEM Pneus 235/75 R17,5 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 14mm, largura da banda de rodagem mínimo 235mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	50	R$ 590,00	R$ 29.500,00
	3	64530	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 235/75 R 17,5	UND	50	R$ 148,00	R$ 7.400,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 7						**R$ 39.300,00**
8	1	54055	Conserto de pneu R 18	UND	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
	2	54053	Recapagem de pneus 10,5/80 R 18	UND	4	R$ 1.155,00	R$ 4.620,00
	3	64660	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 R 18 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da secção mínimo 300mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	20	R$ 1.155,00	R$ 23.100,00
	28	34572	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 R 18	UND	20	R$ 290,00	R$ 5.800,00

			RETROESCAVADEIRA				
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 8						**R$ 35.520,00**
9	1	34565	CONSERTO DE PNEUS 17,5 R 25	UND	30	R$ 120,00	R$ 3.600,00
	2	64662	RECAPAGEM Pneus 17.5 R 25 dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira DL 200, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	8	R$ 2.836,00	R$ 22.688,00
	3	64540	RECAPAGEM PNEU 17.5 R25 para RETROESCAVADEIRA TRASEIRO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção mínimo 445 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	12	R$ 2.836,00	R$ 34.032,00
	4	64661	Vulcanização PNEU 17.5 R 25 RETROESCAVADEIRA TRASEIRO	UND	20	R$ 513,63	R$ 10.272,60
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 9						**R$ 70.592,60**
10	1	34577	CONSERTO DE PNEUS 12 R 16,5	UND	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
	2	34579	RECAPAGEM PNEU 12 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	R$ 1.220,00	R$ 9.760,00
	3	27215	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 R 16,5	UND	10	R$ 214,20	R$ 2.142,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 10						**R$ 12.902,00**
11	1	34578	CONSERTO DE PNEUS 19,5 R 24	UND	50	R$ 120,00	R$ 6.000,00
	2	64534	RECAPAGEM PNEU 19.5 R 24 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	40	R$ 1.989,00	R$ 79.560,00
	3	48794	Vulcanização pneu 19.5 R 24 RETROESCAVADEIRA	UND	50	R$ 289,00	R$ 14.450,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 11						**R$ 100.010,00**
12	1	54058	Conserto de pneu 23.1 R 26	UND	20	R$ 135,00	R$ 2.700,00

	2	64533	RECAPAGEM PNEU 23.1 R 26 para ROLO COMPACTADOR desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	6	R$ 2.950,00	R$ 17.700,00
	3	48797	Vulcanização pneus 23.1 R 26 ROLO COMPACTADOR	UND	20	R$ 763,67	R$ 15.273,40
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 12						**R$ 35.673,40**
13	1	63061	Conserto de pneus 10 R 16.5	UND	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
	2	64537	RECAPAGEM PNEU 10 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	R$ 1.220,00	R$ 9.760,00
	3	63060	Vulcanização pneu 10 R 16.5 MINI CARREGADEIRA	UND	10	R$ 214,20	R$ 2.142,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 13						**R$ 12.902,00**
14	1	66543	Conserto de pneu 14.9 R 24	UND	10	R$ 108,10	**R$ 1.081,00**
	2	64538	RECAPAGEM PNEU 14.9 R 24 largura das secções 420mm, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm, novo, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação		8	R$ 1.100,00	**R$ 8.800,00**
	3	64539	Vulcanização PNEU 14.9 R 24	UND	10	R$ 184,00	R$ 1.840,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 14						**R$ 11.721,00**
VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO							**R$ 691.496,60**

9.1.2 Diante do exposto, estima-se o valor para esta contratação, correspondente a **R$ 691.496,60 (Seiscentos e noventa e um mil. Quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).**

9.2 No que se refere ao critério adotado para admissão do preço máximo para a contratação: **MENOR PREÇO** por **LOTE**.

9.3 Da Justificativa de Preços

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, o Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal, estabelece regras específicas para as contratações, em todas as suas formas, in verbis:

Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA E/OU EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTOS, RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DOS CAMINHÕES, MÁQUINAS E ÔNIBUS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR.

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Data/Cotação
COTAÇÃO 1	RECAPADORA MARRECAS-LTDA EPP	05.689.415/0001-38	16/04/25
COTAÇÃO 2	DR PNEUS LTDA	44.216.474/0001-60	17/04/25
COTAÇÃO 3	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (3 COTAÇÕES)	76.995.380/0001-03	22/04/25
COTAÇÃO 4			

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	VALOR R$ Valor Global
LOTE 01												
1	CONSERTO DE PNEU 1000 R 20	UND	100	100,00	80,00	64,75	74,20	60,00	60,00	100,00	79,74	8.000,00
2	Recapagem de pneus 1000 R 20 Liso	UND	20	1.230,00	850,00	747,50	758,00	880,00	747,50	1.230,00	893,38	14.950,00
3	RECAPAGEM PNEUS 1000 R 20 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 210mm, novo, construção radial para uso misto, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	100	1.290,00	850,00	747,50	758,00	880,00	747,50	1.290,00	911,38	74.750,00
4	Vulcanização pneu 1000 R 20	UND	100	470,00	200,00	255,00	210,00	258,00	200,00	470,00	283,75	20.000,00
											TOTAL:	**115.700,00**
LOTE 02												
1	Conserto de pneu 275/80 R 22,5	UND	50	100,00	80,00	80,00	80,00	84,50	80,00	100,00	85,00	4.000,00
2	RECAPAGEM Pneus 275/80 R 22,5 BORRACHUDO, SIMÉTRICO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 275mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA.	UND	80	1.290,00	1.050,00	895,00	799,00	789,00	789,00	1.290,00	1.008,50	63.120,00
3	Vulcanização de pneus 275/80 R 22,5. BORRACHUDO, SIMÉTRICO	UND	50	470,00	200,00	266,30	370,00	293,00	200,00	470,00	326,58	10.000,00
											TOTAL:	**77.120,00**
LOTE 03												
1	Conserto de pneus 1400 R 24	UND	50	350,00	160,00	187,00	229,50	180,50	160,00	350,00	231,63	8.000,00

2	RECAPAGEM PNEU 14.00 R 24 para MOTO NIVELADORA Profundidade dos sulcos mínimo 30mm largura da secção de rodagem mínimo 360mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	40	4.880,00	2.900,00	2.350,00	2.648,40	2.500,00	2.350,00	4.880,00	3.194,68	94.000,00
3	Vulcanização pneu 14.00 R 24 MOTONIVELADORA	UND	50	1.590,00	660,00	980,00	898,00		660,00	1.590,00	1.032,00	33.000,00
											TOTAL:	**135.000,00**
LOTE 04												
1	Conserto de pneu 18.4 X 30	UND	10	350,00	160,00	246,90	194,30	248,00	160,00	350,00	237,80	1.600,00
2	RECAPAGEM PNEU 18.4 R 30 para TRATOR NEW HOLLAND TL 75- largura da secção 460mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	4	3.900,00	3.250,00	2.385,00	2.018,30	2.026,60	2.018,30	3.900,00	2.888,33	8.073,20
3	Vulcanização pneu 18.4 R 30	UND	10	1.330,00	770,00	900,00	1.049,00	997,00	770,00	1.330,00	1.012,25	7.700,00
											TOTAL:	**17.373,20**
LOTE 05												
1	Conserto de pneu 12.4 X 24	UND	10	350,00	140,00	131,60	150,00	140,00	131,60	350,00	192,90	1.316,00
2	RECAPAGEM PNEU 12.4 R 24 DIANTEIRO TRATOR NEW HOLLAND TL75 - largura da secção 315 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	2.100,00	1.500,00	1.700,00	1.127,00	1.491,60	1.127,00	2.100,00	1.606,75	9.016,00
3	Vulcanização pneu 12.4 R 24	UND	10	800,00	350,00	580,00	566,00	623,00	350,00	800,00	574,00	3.500,00
											TOTAL:	**13.832,00**
LOTE 06												
1	Conserto de pneus 215/75 R 17,5	UND	20	350,00	50,00	70,00	75,00	65,00	50,00	350,00	136,25	1.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5	UND	10	2.100,00	590,00	550,00	649,00	552,00	550,00	2.100,00	972,25	5.500,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 215/75 R 17,5	UND	20	800,00	180,00	135,90	213,00	121,10	121,10	800,00	332,23	2.422,00
											TOTAL:	**8.922,00**
LOTE 7												
1	Conserto de pneus 235/75 R 17,5	UND	60	70,00	50,00	63,00	40,00	65,00	40,00	70,00	55,75	2.400,00

2	RECAPAGEM Pneus 235/75 R17,5 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO. Profundidade dos sulcos mínimo 14mm, largura da banda de rodagem mínimo 235mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	50	869,00	591,00	750,00			590,00	869,00	713,33	29.500,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 235/75 R 17,5	UND	50	280,00	150,00	190,00	148,00	164,30	148,00	280,00	192,00	7.400,00
											TOTAL:	**39.300,00**
LOTE 8												
1	Conserto de pneu R 18	UND	20	350,00	140,00	114,00	100,00		100,00	350,00	176,00	2.000,00
2	Recapagem de pneus 10,5/80 R 18	UND	4	1.550,00	1.300,00	1.418,00	1.155,00		1.155,00	1.550,00	1.355,75	4.620,00
3	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 R 18 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da secção mínimo 300mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	20	1.990,00	1.300,00	1.418,00	1.155,00		1.155,00	1.990,00	1.465,75	23.100,00
28	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 R 18 RETROESCAVADEIRA	UND	20	590,00	350,00	265,00	290,00	282,60	290,00	590,00	398,75	5.800,00
											TOTAL:	**35.520,00**
LOTE 9												
1	CONSERTO DE PNEUS 17,5 R 25	UND	30	350,00	160,00	155,00	135,00	120,00	120,00	350,00	200,00	3.600,00
2	RECAPAGEM Pneus 17.5 R 25 dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira DL 200, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	8	5.440,00	3.400,00	2.871,00	2.836,00	2.960,00	2.836,00	5.440,00	3.636,75	22.688,00
3	RECAPAGEM PNEU 17.5 R25 para RETROESCAVADEIRA TRASEIRO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção mínimo 445 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	12	5.440,00	3.400,00	2.871,00	2.836,00	2.960,00	2.836,00	5.440,00	3.636,75	34.032,00
4	Vulcanização PNEU 17.5 R 25 RETROESCAVADEIRA TRASEIRO	UND	20	1.860,00	770,00	513,60	550,00	636,00	513,60	1.860,00	923,40	18.272,00
											TOTAL:	**70.592,00**
LOTE 10												
1	CONSERTO DE PNEUS 12 R 16,5	UND	10	350,00	140,00	100,00	107,50		100,00	350,00	174,38	1.000,00

2	RECAPAGEM PNEU 12 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	1.750,00	1.300,00	1.220,00	1.389,60	1.246,60	1.220,00	1.750,00	1.414,90	9.760,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 R 16,5	UND	10	800,00	350,00	304,90	214,20	220,00	214,20	800,00	417,28	2.142,00
											TOTAL:	**12.902,00**
LOTE 11												
1	CONSERTO DE PNEUS 19,5 R 24	UND	50	350,00	160,00	140,00	120,00	138,50	120,00	350,00	192,50	6.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 19,5 R 24 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	40	4.200,00	3.100,00	1.999,00	2.970,00	2.981,00	1.989,00	4.200,00	3.064,75	79.560,00
3	Vulcanização pneu 19.5 R 24 RETROESCAVADEIRA	UND	50	1.330,00	770,00	302,00	289,00	265,30	289,00	1.330,00	672,75	14.450,00
											TOTAL:	**100.010,00**
LOTE 12												
1	Conserto de pneu 23.1 R 26	UND	20	350,00	200,00	172,80	170,30	135,00	135,00	350,00	223,28	2.700,00
2	RECAPAGEM PNEU 23.1 R 26 para ROLO COMPACTADOR desenho SIMÉTRICO. Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	6	7.000,00	5.000,00	3.750,00	3.173,30	2.950,00	2.950,00	7.000,00	4.730,83	17.700,00
3	Vulcanização pneus 23.1 R 26 ROLO COMPACTADOR	UND	20	1.590,00	1.000,00	775,80	763,60	826,60	763,60	1.590,00	1.032,35	15.272,00
											TOTAL:	**35.672,00**
LOTE 13												
1	Conserto de pneus 10 R 16,5	UND	10	350,00	140,00	100,00	107,50		100,00	350,00	174,38	1.000,00
2	RECAPAGEM PNEU 10 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	1.650,00	1.300,00	1.220,00	1.389,60	1.246,60	1.220,00	1.650,00	1.389,90	9.760,00
3	Vulcanização pneu 10 R 16.5 MINI CARREGADEIRA	UND	10	590,00	300,00	304,90	214,20	220,00	214,20	590,00	352,28	2.142,00
											TOTAL:	**12.902,00**
LOTE 14												
1	Conserto de pneu 14.9 R 24	UND	10	350,00	140,00	118,00	122,50	108,10	108,10	350,00	**167,62**	**1.081,00**

2	RECAPAGEM PNEU 14.9 R 24 largura das secções 420mm, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm, novo, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação		8	2.520,00	1.700,00	1.108,76	1.100,00	1.236,30	1.100,00	2.520,00	1.533,00	8.800,00
3	Vulcanização PNEU 14.9 R 24	UND	10	930,00	350,00	290,00	184,00	280,00	184,00	930,00	438,50	1.840,00
											TOTAL:	11.721,00

Responsavel pela cotação LIOMAR SIEGA	APROVAÇÃO: TOTAL: 686.586,20
OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇOS EM EMPRESAS SITUADAS NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANA E UMA NO ESTADO DO RIOGRANDE DO SUL JUNTAMENTE COM MAIS 3 COTAÇÕES NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS E FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.	[ ] COMPRA DIRETA [ ] CONTRATO [X] LICITAÇÃO
São Jorge D'Oeste, 22 de abril de 2025.	ASSINATURA DO RESPONSAVEL

9.1.1 Do Mapa acima, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, nomeado competente pela Portaria nº 2735/2025, extrai-se que:

LOTE	ITEM	CÓD EQUIP.	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	MENOR PREÇO	Valor Global
1	1	34548	CONSERTO DE PNEU 1000 R 20	UND	100	R$ 60,00	R$ 6.000,00
	2	44193	Recapagem de pneus 1000 R 20 Liso	UND	20	R$ 747,50	R$ 14.950,00
	3	38523	RECAPAGEM PNEUS 1000 R 20 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 210mm, novo, construção radial para uso misto, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	100	R$ 747,50	R$ 74.750,00
	4	30849	Vulcanização pneu 1000 R 20	UND	100	R$ 200,00	R$ 20.000,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 1						**R$ 115.700,00**
2	1	54052	Conserto de pneu 275/80 R 22,5	UND	50	R$ 80,00	R$ 4.000,00
	2	64527	RECAPAGEM Pneus 275/80 R 22,5 BORRACHUDO, SIMÉTRICO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da banda de rodagem mínimo 275mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA.	UND	80	R$ 789,00	R$ 63.120,00
	3	58832	Vulcanização de pneus 275/80 R 22,5. BORRACHUDO, SIMÉTRICO	UND	50	R$ 200,00	R$ 10.000,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 2						**R$ 77.120,00**
3	1	58818	Conserto de pneus 1400 R 24	UND	50	R$ 160,00	R$ 8.000,00
	2	64664	RECAPAGEM PNEU 14.00 R 24 para MOTO NIVELADORA Profundidade dos sulcos mínimo 30mm largura da secção de rodagem mínimo 360mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	40	R$ 2.350,00	R$ 94.000,00
	3	48759	Vulcanização pneu 14.00 R 24 MOTONIVELADORA	UND	50	R$ 660,00	R$ 33.000,00

	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 3						**R$ 135.000,00**
4	1	48776	Conserto de pneu 18.4 X 30	UND	10	R$ 160,00	R$ 1.600,00
	2	64535	RECAPAGEM PNEU 18.4 R 30 para TRATOR NEW HOLLAND TL 75- largura da secção 460mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	4	R$ 2.018,30	R$ 8.073,20
	3	54050	Vulcanização pneu 18.4 R 30	UND	10	R$ 770,00	R$ 7.700,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 4						**R$ 17.373,20**
5	1	54051	Conserto de pneu 12.4 X 24	UND	10	R$ 131,60	R$ 1.316,00
	2	64536	RECAPAGEM PNEU 12.4 R 24 DIANTEIRO TRATOR NEW HOLLAND TL75 - largura da secção 315 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	8	R$ 1.127,00	R$ 9.016,00
	3	58826	Vulcanização pneu 12.4 R 24	UND	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 5						**R$ 13.832,00**
6	1	58830	Conserto de pneus 215/75 R 17,5	UND	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
	2	27204	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5	UND	10	R$ 550,00	R$ 5.500,00
	3	38533	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 215/75 R 17,5	UND	20	R$ 121,10	R$ 2.422,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 6						**R$ 8.922,00**
7	1	63065	Conserto de pneus 235/75 R 17,5	UND	60	R$ 40,00	R$ 2.400,00
	2	64529	RECAPAGEM Pneus 235/75 R17,5 BORRACHUDO desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 14mm, largura da banda de rodagem mínimo 235mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	50	R$ 590,00	R$ 29.500,00
	3	64530	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 235/75 R 17,5	UND	50	R$ 148,00	R$ 7.400,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 7						**R$ 39.300,00**
8	1	54055	Conserto de pneu R 18	UND	20	R$ 100,00	R$ 2.000,00
	2	54053	Recapagem de pneus 10,5/80 R 18	UND	4	R$ 1.155,00	R$ 4.620,00
	3	64660	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 R 18 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da secção mínimo 300mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	20	R$ 1.155,00	R$ 23.100,00
	28	34572	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 R 18	UND	20	R$ 290,00	R$ 5.800,00

			RETROESCAVADEIRA				
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 8						**R$ 35.520,00**
9	1	34565	CONSERTO DE PNEUS 17,5 R 25	UND	30	R$ 120,00	R$ 3.600,00
	2	64662	RECAPAGEM Pneus 17.5 R 25 dimensões: 17.5 R 25 Indicado para máquina: Pá carregadeira DL 200, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção de rodagem mínimo 445mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	8	R$ 2.836,00	R$ 22.688,00
	3	64540	RECAPAGEM PNEU 17.5 R25 para RETROESCAVADEIRA TRASEIRO Profundidade dos sulcos mínimo 25mm largura da secção mínimo 445 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	12	R$ 2.836,00	R$ 34.032,00
	4	64661	Vulcanização PNEU 17.5 R 25 RETROESCAVADEIRA TRASEIRO	UND	20	R$ 513,60	R$ 10.272,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 9						**R$ 70.592,00**
10	1	34577	CONSERTO DE PNEUS 12 R 16,5	UND	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
	2	34579	RECAPAGEM PNEU 12 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	R$ 1.220,00	R$ 9.760,00
	3	27215	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 R 16,5	UND	10	R$ 214,20	R$ 2.142,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 10						**R$ 12.902,00**
11	1	34578	CONSERTO DE PNEUS 19,5 R 24	UND	50	R$ 120,00	R$ 6.000,00
	2	64534	RECAPAGEM PNEU 19.5 R 24 para RETROESCAVADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 27mm largura da banda de rodagem mínimo 480mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação	UND	40	R$ 1.989,00	R$ 79.560,00
	3	48794	Vulcanização pneu 19.5 R 24 RETROESCAVADEIRA	UND	50	R$ 289,00	R$ 14.450,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 11						**R$ 100.010,00**
12	1	54058	Conserto de pneu 23.1 R 26	UND	20	R$ 135,00	R$ 2.700,00

	2	64533	RECAPAGEM PNEU 23.1 R 26 para ROLO COMPACTADOR desenho SIMÉTRICO, Profundidade dos sulcos mínimo 17mm largura da secção mínimo 595 mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	6	R$ 2.950,00	R$ 17.700,00
	3	48797	Vulcanização pneus 23.1 R 26 ROLO COMPACTADOR	UND	20	R$ 763,60	R$ 15.272,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 12						**R$ 35.672,00**
13	1	63061	Conserto de pneus 10 R 16.5	UND	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
	2	64537	RECAPAGEM PNEU 10 R 16.5 para MINI CARREGADEIRA Profundidade dos sulcos mínimo 21 mm largura da secção mínimo 264mm, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo IBAMA, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	UND	8	R$ 1.220,00	R$ 9.760,00
	3	63060	Vulcanização pneu 10 R 16.5 MINI CARREGADEIRA	UND	10	R$ 214,20	R$ 2.142,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 13						**R$ 12.902,00**
14	1	66543	Conserto de pneu 14.9 R 24	UND	10	R$ 108,10	**R$ 1.081,00**
	2	64538	RECAPAGEM PNEU 14.9 R 24 largura das secções 420mm, Profundidade dos sulcos mínimo 25mm, novo, certificado pelo INMETRO. Certificado pelo, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação		8	R$ 1.100,00	**R$ 8.800,00**
	3	64539	Vulcanização PNEU 14.9 R 24	UND	10	R$ 184,00	R$ 1.840,00
	VALOR MÁXIMO PARA O LOTE 14						**R$ 11.721,00**
VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO							**R$ 686.586,20**

9.1.2 Diante do exposto, estima-se o valor para esta contratação, correspondente a **R$ 686.586,20 (Seiscentos e oitenta e seis mil e quinhentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).**

9.2 No que se refere ao critério adotado para admissão do preço máximo para a contratação: **MENOR PREÇO** por **LOTE**.

9.3 Da Justificativa de Preços

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, o Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal, estabelece regras específicas para as contratações, em todas as suas formas, in verbis:

"A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamento a ser instituído pela União" (disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia).

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

SEÇÃO 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, e nos vínculos abaixo espelhado, e ainda, juntado aos autos:

Município de São Jorge D'Oeste - 2025
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 29/04/2025

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F_PADRÃO/ ORIG/ APU/ DES/ DET)				
02 SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS				
002 Departamento de Infra Estrutura Rural				
26.782.0009.2068	Manutenção da Divisão de Viação			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
04870	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)
04880	E	00504	0504/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
003 Departamento de Serviços Urbanos				
15.451.0010.2068	Serviços Urbanos			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
05060	E	00003	0003/01/07/00/00	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM
05070	E	00504	0504/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 29/04/2025
Contas de despesa: 4870; 4880; 5060; 5070

Emitido por: IVANIR DA SILVA, na versão: 5536.2
E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação dos documentos listados nas Habilitações, serão aceitos em formato digital, ou em outro canal disponibilizado pela contratante, nos limites temporais admitido no edital.

DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS FISCAIS DO CONTRATO

A ciência de todas as informações prestadas no presente Termo de Referência, bem como das condições de execução do objeto, são obrigações institucionalizadas quando da emissão do

Decreto nº 4682/2025, que personaliza os fiscais: a servidora Beatriz Ordina (administrativo) Gerson Auler (técnico) e os diversos fiscais setoriais, por secretaria administrativa, designados para o controle desta contratação, de modo que os mesmos estão treinados e cientes das suas obrigações.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

São Jorge D'Oeste, 14 de agosto de 2025

Clodoaldo Blank
Agente de Contratação – Fase de Planejamento
Portaria nº 2865/2025

CLAIR MARIANO DA COSTA
Secretária Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.
Decreto nº 4.496/2025